



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0318668-3

COMARCA : 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
APELANTE : JOSUÉ COELHO MONTENEGRO
ADVOGADO : JOSUÉ COELHO MONTENEGRO – PE005529
APELADOS : VERA LÚCIA DE MORAES LEBSA E OUTRO
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS NOBRE PESSOA – PE012530
RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA
ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM AÇÃO CONSIGNATÓRIA – ARBITRAMENTO COM BASE NA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RECEBIDA – MAJORAÇÃO NÃO CABÍVEL – APELO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL nº 0318668-3**, em que figuram como parte Apelante **JOSUÉ COELHO MONTENEGRO** e como partes Apeladas **VERA LÚCIA DE MORAES LEBSA E OUTRO**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: “*À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma. Revisão em mesa acompanhando integralmente o voto do Relator*”. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, *29* de *maio* de 2014.

[Assinatura]
Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



261

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0318668-3
COMARCA : 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
APELANTE : JOSUÉ COELHO MONTENEGRO
ADVOGADO : JOSUÉ COELHO MONTENEGRO – PE005529
APELADOS : VERA LÚCIA DE MORAES LEBSA E OUTRO
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS NOBRE PESSOA – PE012530
RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA
ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta contra Sentença (fls. 231/232) proferida pelo MM. Juiz da 8ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de Cobrança de Honorários Advocatícios, que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando os APELADOS ao pagamento de R\$ 2.210,88 (dois mil, duzentos e dez reais e oitenta e oito centavos), valor este correspondente a 20% do montante recebido pelos mesmos, em face da procedência da ação de consignação em pagamento, com a devida atualização monetária pela tabela Encoge e juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação até o efetivo pagamento. Condenou, ainda, os APELADOS a restituírem as despesas processuais pagas pelo APELANTE e ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, em razão da sucumbência parcial.

A presente apelação tem por objetivo a reforma integral da decisão proferida pelo Juiz Singular, para considerar os honorários no valor de R\$ 14.000,00 nos termos da exordial ou, alternativamente, para fixá-los à base do valor cobrado na ação de consignação, qual seja, R\$ 23.334,95 cumulado a juros e correção, ou ainda, a R\$ 62.248,91.

O APELANTE, insatisfeito, aduz, que o Juízo de Piso, quando da fixação do valor da condenação, se baseou apenas no valor ínfimo de R\$ 11.054,41 devolvido aos APELADOS na ação de consignação, quando, na realidade, o objetivo desta ação era o reajuste das prestações nos termos contratuais.

Afirma que, no referido feito, o advogado, ora APELANTE, atuou com competência e exaustão, contratando, inclusive, um contador experiente para realização dos cálculos constantes no caso.

Defende que os honorários advocatícios fixados no Primeiro Grau somente beneficiam os APELADOS, ante o valor insignificante pago como contraprestação, bem como que sejam fixados em 20% os honorários sucumbenciais.

Contrarrazões às fls. 249/252, objetivando a manutenção da sentença e o consequente desprovimento ao recurso

É o relatório.

À Doute revisão.



- 262 -

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

Recife, 04 de março de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to be 'José Carlos Patriota Malta', is written over the typed name and extends across the page.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0318668-3

COMARCA : 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE : JOSUÉ COELHO MONTENEGRO

ADVOGADO : JOSUÉ COELHO MONTENEGRO – PE005529

APELADOS : VERA LÚCIA DE MORAES LEBSA E OUTRO

ADVOGADO : JOSÉ CARLOS NOBRE PESSOA – PE012530

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO RELATOR

Cuida o presente feito de ação de cobrança de honorários advocatícios não convenacionados contratualmente, em que requer o ora APELANTE a majoração dos valores arbitrados a este título.

Aduz o APELANTE que o arbitramento dos honorários pelo Juízo de Piso mostrou-se aquém do devido, vez que, na ação de consignação em que atuou como casuístico, o parâmetro adequado seria não a devolução aos APELADOS dos valores pagos a maior, mas sim o reajustamento das prestações nos termos contratuais.

Compulsando os autos, verifico que é, por óbvio, lícita a cobrança dos honorários em razão da efetiva prestação do serviço na ação consignatória. Todavia, entendo insubsistente o argumento acostado pelo APELANTE.

É cediço que, na falta de estipulação ou acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial.

Ademais, tendo recebido os APELADOS uma compensação financeira ao final da referida ação, evidente é o arbitramento dos honorários à base desse valor. Assim sendo, mostra-se correta a aplicação de um percentual sobre o montante recebido, correspondente a R\$ 11.054,41 (onze mil cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

Desse modo, mostra-se razoável o quantum de 20% fixado pelo Juízo Singular, estando, inclusive, em conformidade com o §3º do art. 20 do CPC.

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

À luz do exposto, **VOTO NO SENTIDO DE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

Recife, 20/05/2014
J. C. Patriota Malta



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

266_r

**Sexta Câmara Cível
Comarca de Origem: 8ª Vara Cível da Comarca de Recife
Apelação nº 0318668-3 (0016105-21.2011.8.17.0001)
Apelante: JOSUÉ COELHO MONTENEGRO
Apelado: VERA LÚCIA DE MORAES LEBSA E OUTRO
Revisor: Des. Evandro Magalhães Melo**

DESPACHO

Revisão em mesa. Inclua-se em pauta.

Cumpra-se.

Recife, 11 de Set de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor